

**Veículo:** Gazeta Online

**Data:** 01/07/2019

**Link:** <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/06/orcamento-impositivo-garante-aos-recursos-de-emendas-de-bancada-1014187414.html>

GAZETA ONLINE

Annotations

## Orçamento impositivo garante ao ES recurso de emendas de bancada

NATALIA DEVENS | JULY 01, 2019



Deputados aprovaram orçamento impositivo, que vai valer a partir de 2020

Os recursos do **Orçamento** que a **bancada federal** pode direcionar para obras e serviços no **Espírito Santo** vão ter maior garantia de que chegarão aos cofres locais a partir de 2020.

Na última quarta-feira (26), com a promulgação da emenda constitucional do **Orçamento impositivo**, a execução das emendas coletivas previstas na **Lei Orçamentária Anual** tornou-se obrigatória, ampliando o poder das bancadas estaduais sobre os recursos.

Até então, as **emendas das bancadas**, que são definidas pelos **deputados e senadores** de cada Estado, não eram obrigatoriamente pagas. Desta forma, muitas vezes os recursos indicados por elas costumam ser alvo de cortes pelo governo federal ou demoram muito a ser efetivamente desembolsados, impactando a conclusão dos investimentos.

### > Câmara desafia governo e engessa Orçamento

Um exemplo disso são as emendas da bancada previstas para este ano de 2019. Indicadas em 2018 pelos parlamentares capixabas, houve ao todo 15 emendas, que somavam **R\$ 231,54 milhões**. No entanto, um acordo com o governo estabeleceu que somente 6 estariam com o pagamento garantido, o que representa **R\$ 169,6 milhões**.

Entre elas, há recursos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (**Dnit**), para a adequação da **BR 101** e da **BR 262**, verbas para a reestruturação e modernização do Instituto Federal do Espírito Santo (**Ifes**), recursos para manutenção de três hospitais e também para equipamentos da Secretaria de Estado da Segurança Pública (**Sesp**).

Mas por conta do decreto de contingenciamento do governo federal, feito em março deste ano, o Estado vai receber **R\$ 36,69 milhões** a menos por essas emendas.

Agora, com o corte, apenas **R\$ 132,9 milhões** vão efetivamente chegar ao destino dos investimentos indicados.

A partir de 2020, essas emendas vão passar a ser impositivas, portanto terão execução obrigatória pelo governo. Elas vão corresponder a 0,8% da receita corrente líquida do ano anterior. De 2021 em diante, o percentual passa a ser de 1%.

Nos últimos dois anos do governo Temer, o Espírito Santo enfrentou dificuldades para receber seus recursos das emendas de bancada. Em 2017, dos **R\$ 133,7 milhões** que foram empenhados e tiveram a despesa executada, nem um centavo foi efetivamente pago.

Em 2018, **R\$ 99,1 milhões** foram empenhados, e só 52% foram pagos, ou seja, **R\$ 51,5 milhões**. Os dados são do sistema Siga Brasil, do Senado.

### OBRIGATORIEDADE

Desde 2015, as emendas individuais dos parlamentares ao orçamento da União também são impositivas. Para este ano, cada parlamentar teve direito de propor até **R\$ 15,4 milhões** em emendas.

### > Após reportagem, Marcos do Val abre mão de aposentadoria especial

No entanto, quando há necessidade de contingenciar recursos para cumprir a meta fiscal, as emendas impositivas também podem sofrer bloqueios pela equipe econômica, na mesma proporção do corte.

A demonstração disso é que entre as emendas individuais dos 13 parlamentares capixabas apresentadas para 2017, somente 28,62% foram pagas até o momento. Das emendas de 2018, 45,6% efetivamente foram desembolsadas.

## EXPECTATIVA

A indicação das emendas dos Estados cabe ao coordenador da bancada. A definição das emendas para 2020, primeiro ano em que elas serão impositivas, será em outubro, de acordo com o coordenador da bancada capixaba, deputado **Da Vitória** (PPS).

Ele considera que a aprovação da emenda constitucional vai trazer benefícios para os Estados.

"Estamos seguros de que agora elas vão ser executadas. O governo vai estabelecer um cronograma com o Congresso, mediante a capacidade de pagamento da União. Se houver aumento de receita, certamente todo o dinheiro vai ser repassado. É importante descentralizar os recursos", acredita.

## ENTENDA

### O que são?

As emendas são recursos do Orçamento que o Congresso direciona para obras e benfeitorias nas cidades brasileiras, como construção de estradas ou manutenção da rede hospitalar, por exemplo.

### Emendas de bancada

Emendas coletivas, de autoria das bancadas estaduais. Os valores destinados para cada Estado variam de ano a ano. Não eram impositivas, mas com a mudança na Constituição, promulgada na semana passada, passaram a ser.

### Emendas individuais

São de autoria de cada senador ou deputado. Por ano, cada um deles tem direito a indicar R\$ 15,4 milhões em emendas. Desde 2015 elas são impositivas, ou seja, precisam ser obrigatoriamente executadas pelo governo.



### Dinheiro para saúde, educação e estradas

A definição das emendas da bancada do Espírito Santo para o Orçamento de 2020 ainda está sendo discutida pelos parlamentares, para serem apresentadas até outubro.

Segundo o deputado Da Vitória, os critérios devem ser semelhantes aos dos últimos anos.

"Saúde, educação, segurança e infraestrutura continuarão sendo as prioridades. A definição do valor passa por um diálogo com o governo do Estado, com as instituições filantrópicas. É comum pedir um valor maior, pois sabemos do risco do contingenciamento. Ele pode chegar a até 40%. Mas seremos realistas. As emendas representam um grande aporte para o Estado", declarou o deputado.

Investimentos que já estão em andamento e que têm grandes possibilidades de serem contemplados serão principalmente em estradas, como a BR 447, que vai ligar BR 262 a Rodovia Leste-Oeste, o Contorno do Mestre Álvaro, a BR 262 e a BR 259.

Tanto em 2017 como em 2018, houve somente duas emendas de bancada por ano. Em 2017, elas foram destinadas ao Hospital Geral de Cariacica, e à construção de barragem do Rio Jucu em Domingos Martins. Em 2018, foram para a **Ufes** e para equipamentos de hospitais.

### > O que dizem parlamentares do ES sobre conversas entre Moro e Dallagnol

## ANÁLISE

### Levar mais dinheiro para os Estados

*A emenda constitucional do orçamento impositivo foi tida como negativa para o Executivo, porque cria mais despesas obrigatórias, e há menos manobra para criar novas políticas. No entanto, ele também pode levar mais dinheiro aos Estados, independentemente de seus representantes serem de situação ou de oposição, ou de barganhas entre o Planalto e os parlamentares, na troca de recursos por apoio político. A emenda não estabelece critérios claros de como será a distribuição entre os Estados, o que leva a crer que isso será decidido ano a ano no Congresso, será uma decisão política. Agora caberá aos parlamentares eleger bem quais serão os investimentos contemplados pelas emendas. O orçamento não deve ser uma soma de projetos locais, o ideal é que seja algo feito com planejamento.*